

3

Metodologia

Neste capítulo, buscamos clarificar a natureza da nossa pesquisa, nosso posicionamento epistemológico, o processo de geração dos dados, a identificação dos participantes e os procedimentos analíticos adotados.

3.1.

A natureza da pesquisa

Nosso posicionamento epistemológico se firma na abordagem qualitativa e interpretativista de pesquisa. Segundo Denzin e Lincoln (2006:17), aqueles pesquisadores que seguem esse posicionamento, “estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. Assim, escolhemos a abordagem qualitativa, pois partimos de um interesse mais amplo e, à medida que o nosso estudo foi se desenvolvendo e se definindo, nossos interesses ganharam um foco mais objetivo. A pesquisa qualitativa também se tornou mais apropriada uma vez que procuramos obter dados descritivos de forma a compreender os fenômenos que se apresentam sob a perspectiva dos participantes. Em contrapartida, em uma pesquisa quantitativa o pesquisador busca quantificação de resultados na análise e interpretação dos dados (Godoy, 1995, p. 58).

Assim, tendo esses conceitos em mente e lançando mão de entrevista semiestruturada como forma de geração de dados para formar o nosso corpus de análise, buscamos interpretar e entender a realidade que nos é apresentada pela coconstrução de significados com os entrevistados sem a finalidade, intuito ou pretensão de buscar a verificação de uma realidade objetiva ou neutralidade.

3.2.

O universo da pesquisa

Uma das políticas implantada pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro para o combate ao crime organizado e a recuperação de territórios ocupados pelo tráfico

foi a instalação física de UPPs nessas comunidades. O Programa foi iniciado no dia 19 de dezembro de 2008 com a instalação de uma sede de UPP no Morro Dona Marta, localizado no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Até a presente data, a Polícia Pacificadora conta com um efetivo de 9.543 policiais e 38 Unidades instaladas na Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste, Centro e Baixada Fluminense.

A tabela abaixo apresenta a data de instalação, localização e número aproximado de habitantes de cada uma das 38 Unidades de Polícia Pacificadora instaladas:

Comunidade	Instalação	Localização	População estimada
Santa Marta	19/12/2008	Zona Sul	3.913 habitantes
Cidade de Deus	16/02/2009	Zona Oeste	47.021 habitantes
Jardim Batan	18/02/2009	Zona Oeste	28 mil habitantes
Babilônia e Chapéu Mangueira	10/06/2009	Zona Sul	3.740 habitantes
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12/2009	Zona Sul	10.338 habitantes
Ladeira dos Tabajaras/Cabritos	14/01/2010	Zona Sul	4.243 habitantes
Providência	26/04/2010	Centro	4.889 habitantes
Borel	07/06/2010	Zona Norte	12.815 habitantes
Formiga	01/07/2010	Zona Norte	4.312 habitantes
Andaraí	28/08/2010	Zona Norte	9.704 habitantes
Salgueiro	17/09/2010	Zona Norte	3.345 habitantes
Turano	30/10/2010	Zona Norte	12.218 habitantes
Macacos	30/11/2010	Zona Norte	19.082 habitantes
São João, Queto e Matriz	31/01/2011	Zona Norte	7.038 habitantes
Coroa, Fallet e Fogueteiro	25/02/2011	Centro	9.013 habitantes
Escondidinho e Prazeres	25/02/2011	Zona Sul	5.586 habitantes
Complexo de São Carlos	17/05/2011	Centro	15.244 habitantes
Mangueira	03/11/2011	Zona Norte	17.946 habitantes
Vidigal	18/01/2012	Zona Sul	10.372 habitantes
Fazendinha	18/04/2012	Zona Norte	12.399 habitantes
Nova Brasília	18/04/2012	Zona Norte	28.661 habitantes
Adeus e Baiana	11/05/2012	Zona Norte	4.354 habitantes
Alemão	30/05/2012	Zona Norte	15.094 habitantes
Chatuba	27/06/2012	Zona Norte	10.205 habitantes

Fé e Sereno	27/06/2012	Zona Norte	3.754 habitantes
Parque Proletário	28/08/2012	Zona Norte	18.661 habitantes
Vila Cruzeiro	28/08/2012	Zona Norte	17.170 habitantes
Rocinha	20/09/2012	Zona Sul	71.085 habitantes
Manguinhos	16/01/2013	Zona Norte	35.000 habitantes
Jacarezinho	16/01/2013	Zona Norte	36.000 habitantes
Caju	11/04/2013	Zona Norte	16.000 habitantes
Barreira do Vasco e Tuiuti	12/04/2013	Zona Norte	10.404 habitantes
Cerro-Corá	03/06/2013	Zona Sul	4.500 habitantes
Arará/Mandela	06/09/2013	Zona Norte	9.315 habitantes
Lins	02/12/2013	Zona Norte	8.850 habitantes
Camarista Méier	02/12/2013	Zona Norte	16.300 habitantes
Complexo da Mangueirinha	07/02/2014	Baixada	21.415 habitantes
Vila Kennedy	23/05/2014	Zona Oeste	41.500 habitantes

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 14/01/2016.

Com a instalação, o efetivo policial, composto por policiais recém-formados, deixou de fazer incursões periódicas, passando a realizar rondas diárias no interior da comunidade. Criou-se também um novo paradigma de policiamento voltado não só para a repressão ao crime, mas também para um trabalho de aproximação com os moradores, de modo a favorecer a cooperação desejada para o sucesso do Programa: o Grupo Tático de Policiamento de Proximidade - GTPP. De acordo com o o website da UPP-RJ, esse modelo de policiamento vai além de um modelo de polícia comunitária, pois tem como base “a parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública”.

Na esteira da recuperação dos territórios controlados pelo tráfico e crime organizado, um conjunto de benefícios seriam trazidos à comunidade. A pacificação favoreceria o desenvolvimento social e econômico das comunidades, aumentando a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, que antes não eram viáveis devido ao controle do tráfico. Com o programa multidisciplinar *Rio+Social*¹ – realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em parceria com o *ONU-Habitat* (Programa das

¹ Rio+Social <http://www.riomaisocial.org/programa/> Acesso em: 26/10/15

Nações Unidas para Assentamentos Humanos), buscava-se aprimorar as melhorias na qualidade de vida dos moradores com levantamentos estatísticos e panorâmicos de cada território pacificado, com a prestação de serviços públicos e o fornecimento de consultoria e auxílio aos empreendedores locais como forma de geração de emprego.

No entanto, muitos fatores vêm comprometendo o atingimento desses objetivos. Inclui-se aí o fato de que muitas promessas feitas Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em relação à educação, saneamento, lazer, entre outras, não foram cumpridas até o momento, ficando apenas no papel. Outro fator é o número de mortes de cidadãos nessas comunidades em decorrência dos conflitos entre polícia e criminosos e também de malfeitos policiais que reforçam as más experiências dos moradores com uma polícia vista como pouco confiável. Em seu informe mundial de 2016, a organização internacional *Human Rights Watch* aponta que só no Estado do Rio de Janeiro morreram 644 pessoas por mãos de policiais a serviço. Um aumento de quase 10% em relação a 2014².

Dado que a implantação de UPPs intensificou os encontros entre policiais e moradores e que a criação de laços sociais era uma meta de um policiamento de proximidade, a interação e o trabalho em conjunto eram almejados desde a instalação da mesma.

A distância do morador em relação ao policial não se devia apenas ao fato de a presença do crime organizado ser ainda constante nas comunidades, mas na falta da interação policial-morador. Como afirmado pelos próprios policiais (ALMEIDA, 2014), além dos cursos de formação de UPPs deixarem a desejar no que diz respeito ao uso de armas eles também não tratam da questão da comunicação. Segundo o sociólogo Ignacio Cano:

“Uma das áreas mais deficitárias hoje em dia é a relação entre a comunidade e os policiais. Tudo continua dependendo da vontade e da inclinação do comandante local. Não houve um esforço de institucionalizar essa relação. E essa determinação de tentar evoluir no sentido de uma polícia mais comunitária é essencial para mudar o quadro de segurança. A UPP ficou no estágio inicial: ocupou territórios, foram colocados policiais

² Human Rights Watch <https://www.hrw.org/es/news/2016/01/27/brasil-debe-frenar-abusos-policiales-y-penitenciarios>. Acesso em 29/01/16

lá, mas não se avançou suficientemente na mudança das relações e no diálogo entre a polícia e a comunidade³.

Partindo do pressuposto de que é na interação que se constituem as relações e a própria sociedade, utilizar o ferramental dos estudos da fala-em-interação pode iluminar os problemas e apontar soluções que venham a contribuir para o sucesso do Programa de Pacificação.

Nossa pesquisa foi realizada com moradores da comunidade pacificada Rocinha. A Rocinha é a maior comunidade do Brasil, fica localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro e possui 71.085 habitantes de acordo com os últimos dados divulgados no site oficial da UPP. Apesar do amplo comércio dentro da comunidade e de seus milhares de residentes a situação de muitos moradores se enquadra na pobreza extrema e todos sofrem com a violência dos traficantes que estão voltando à comunidade, a falta de infraestrutura, saneamento básico e lazer dentro da comunidade. Mesmo após a instalação da UPP.

Para a nossa pesquisa é relevante ressaltar o “Caso Amarildo”⁴. Amarildo era morador da Rocinha e trabalhava como ajudante de pedreiro. Segundo a mídia, Amarildo desapareceu após ser levado por policiais militares para ser interrogado na sede da UPP durante a "Operação Paz Armada", de combate ao tráfico na comunidade em julho de 2013.

Já dentro da UPP, Amarildo teria sido interrogado e conduzido por vários pontos da cidade do Rio antes de voltar à sede da Unidade de Polícia Pacificadora e depois desaparecido.

Ao todo 12 policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha foram condenados pelo desaparecimento e morte de Amarildo. Os condenados receberam aumento de pena por serem agentes públicos e terem praticado o crime no exercício de suas funções.

³ Fonte: <http://www.dw.com/pt/upp-falhou-ao-n%C3%A3o-evoluir-no-di%C3%A1logo-com-comunidade-diz-especialista/a-17588486> Acesso em 28/01/16

⁴ Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-entenda-o-que-cada-pm-condenado-fez-segundo-justica.html> Acesso em 28/01/16

3.3.

A constituição do *corpus*

O método de geração de dados que propomos para nossa investigação foi o da realização de entrevistas semiestruturadas gravadas com moradores.

Partindo dos estudos de Almeida (2014, p. 39) e Mendes (2003, p. 11), nós entendemos em nosso trabalho a entrevista como um encontro em que entrevistado e entrevistador ambos negociam suas identidades e modelam e remodelam a sociedade que os cerca.

A primeira pergunta de abertura em nossas entrevistas foi (i) o que é ser um cidadão que mora e faz parte de uma comunidade em processo de pacificação como a sua? Os tópicos das perguntas que se seguiram foram: (ii) a experiência do morador com a polícia antes e depois da UPP; (iii) as tarefas de um policial de UPP; (iv) o reconhecimento do policial como uma autoridade legal; (v) direitos e obrigações de um policial de UPP; (vi) segurança e confiança com a presença dos policiais na comunidade; (vii) tipos de contato com os policiais de UPP; (viii) pedido de ajuda oferecidos ao policial de UPP (ix) a abordagem (x) boas e más experiências nos encontros com a polícia.

Todas as perguntas tinham como alvo a proposta do Programa de UPP de um novo modelo de polícia. Outros tópicos surgiram espontaneamente durante as entrevistas.

Muitos autores já destacaram em suas publicações as vantagens, desvantagens e cuidados a serem tomados ao utilizarmos a entrevista como método para coleta de dados em uma pesquisa (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI, 1990/1991), pois é preciso planejamento e adequação das questões e a realização de um roteiro para que no fim a entrevista possa alcançar os objetivos pretendidos pelo pesquisador.

No que concerne às entrevistas de pesquisa – e de acordo com os pressupostos da pesquisa qualitativa e interpretativista – essa é uma situação em que o pesquisador colhe informações dos participantes. De acordo com Mendes (2003:11), entrevistas são encontros onde “os sujeitos (entrevistador e entrevistados) se constroem ou se reformulam através do discurso”. Segundo May (2004, p. 145) “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias,

experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas” e segundo Duarte (2004:213),

“Cabe aos pesquisadores que fazem uso de entrevistas em suas investigações explicitar as regras e pressupostos teórico/metodológicos que norteiam seu trabalho, de modo a ampliar o debate acerca da necessária definição de critérios para avaliação de confiabilidade de pesquisas científicas que lançam mão desse recurso.

Nós escolhemos esse tipo de geração de dados pois acreditamos que a entrevista semiestruturada “(...) favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade (...)” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (TRIVIÑOS, 1987, p.152).

As entrevistas aconteceram em diversos pontos do Rio de Janeiro, tais como *shoppings*, universidades e locais de trabalho. Vale ressaltar que uma delas aconteceu dentro da própria comunidade. Do total de dez (10) entrevistas, nove (9) foram feitas por mim e uma (1) foi feita pela Orientadora Professora Doutora Maria do Carmo Leite de Oliveira. As entrevistas tiveram duração mínima de trinta (30) minutos e máxima de uma (1) hora.

Os dez (10) participantes foram escolhidos através de um processo de indicação dos próprios moradores, ou seja, a pesquisadora conhecia uma moradora que indicou um amigo que veio a indicar outro amigo e assim por diante. Um critério de seleção dos entrevistados foi o lugar onde moram na comunidade, uma vez que cada espaço da tem aspectos identitários próprios e diferentes experiências com a polícia.

Abaixo segue uma tabela com os nomes fictícios e algumas informações sobre os participantes:

Participantes:		Participantes:	
Aline	27 anos; casada, pós-graduada, professora.	Luiz	25 anos; casado; dois filhos; ensino médio completo; monitor educativo.
Ana	25 anos; solteira; superior completo; jornalista.	Júlio	24 anos; solteiro; superior incompleto; estudante.

Júlia	31 anos; solteira; superior completo; professora.	Elias	54 anos, casado, dois filhos, ensino médio completo, vigia.
Flávia	33 anos; solteira; superior completo; professora	João	23 anos; solteiro, superior incompleto; professor.
Maria	23 anos; solteira, superior incompleto; estudante.	Alex	24 anos; solteiro; um filho; superior incompleto; estudante.

Dadas as regularidades nas falas dos moradores, selecionamos nesse trabalho as entrevistas dos moradores: Aline, Ana, Flávia, Maria, João, Elias e Luiz. Para fins de proteção e sigilo aos moradores que vivem na comunidade, todos os nomes que permitiriam a identificação dos mesmos e locais foram alterados.

3.4. Procedimentos analíticos

Para atingirmos os objetivos propostos, realizamos os seguintes procedimentos:

- i) Em uma primeira etapa da pesquisa (capítulo 4), selecionamos ocorrências relativas à categoria policial, conforme proposta por Sacks (1992) e Jayyusi (1984).
- ii) Em uma segunda etapa (capítulo 5), selecionamos as ocorrências em que a categoria policial foi colocada em contraste com outras categorias na produção do trabalho de categorização realizada pelos moradores.